



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFOP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

MARIA EMÍLIA DA SILVA

**LUTAS NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA: CENÁRIO DOS PLANOS DE ENSINO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**OURO PRETO
AGOSTO 2025**

Maria Emília da Silva

Lutas no currículo dos cursos de licenciatura em Educação Física: cenário dos planos de ensino das universidades públicas do estado de Minas Gerais

Trabalho apresentado à disciplina EFD356-Seminário de trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para aprovação na mesma.

Orientador: Prof. Dr. André Henrique Chabaribery Capi

**Ouro Preto
2025**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586l Silva, Maria Emilia da.
Lutas no currículo dos cursos de licenciatura em Educação Física
[manuscrito]: cenário dos planos de ensino das universidades públicas do
estado de Minas Gerais. / Maria Emilia da Silva. - 2025.
27 f.

Orientador: Prof. Dr. André Henrique Chabaribery Capi.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola
de Educação Física. Graduação em Educação Física .
Área de Concentração: Esportes.

1. Luta(Esporte). 2. Educação Física. 3. Docentes-Formação. 4.
Currículos. 5. Educação básica. I. Capi, André Henrique Chabaribery. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 796.8:37

Bibliotecário(a) Responsável: Angela Maria Raimundo - SIAPE: 1.644.803



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE EDUCACAO FISICA
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO FISICA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Emília da Silva

Lutas no currículo dos cursos de licenciatura em Educação Física: cenário dos planos de ensino das universidades públicas do estado de Minas Gerais

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de graduação

Aprovada em 15 de agosto de 2025

Membros da banca

Prof. Dr. André Henrique Chabaribery Capi - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Emerson Cruz de Oliveira (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Washington Pires (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. André Henrique Chabaribery Capi, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/08/2025



Documento assinado eletronicamente por **Andre Henrique Chabaribery Capi, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/08/2025, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0964218** e o código CRC **5CC08F37**.

RESUMO

Este trabalho investigou como as lutas estão inseridas nos planos de ensino das disciplinas dos cursos de licenciatura em Educação Física ofertados por universidades públicas federais do estado de Minas Gerais. O objetivo principal foi analisar se tais planos estão alinhados às diretrizes propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e se colaboram de maneira efetiva com a formação inicial de professores para o ensino das lutas na educação básica. A pesquisa tem abordagem qualitativa, de caráter exploratório, e baseou-se em duas estratégias metodológicas: levantamento bibliográfico e análise documental. Foram analisados planos de ensino disponibilizados por cinco Instituições de Ensino Superior (IES) do estado, selecionadas com base no critério de acessibilidade às informações. A técnica utilizada para o tratamento dos dados foi a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), possibilitando a categorização dos conteúdos presentes nas ementas e programas das disciplinas. A análise permitiu identificar sete categorias temáticas predominantes: fundamentos e história, aspectos técnicos, didática e metodologia, desenvolvimento humano, modalidades diversificadas, ética e valores, e regras. Os dados revelam uma predominância de abordagens centradas na técnica e na execução de movimentos, com foco em modalidades como judô, karatê, taekwondo e capoeira. Observou-se uma escassez de estratégias pedagógicas que promovam reflexão crítica, construção de valores, análise sociocultural ou protagonismo estudantil, aspectos esses destacados na BNCC como essenciais para o ensino das práticas corporais. Embora os planos demonstrem a presença do conteúdo “lutas” na formação inicial, ainda se verifica um distanciamento das diretrizes contemporâneas que valorizam a diversidade cultural, a dimensão ética e a compreensão das lutas como práticas sociais e educativas. Conclui-se que, apesar dos avanços na inclusão das lutas nos currículos dos cursos de licenciatura em Educação Física, persiste uma abordagem tradicional, técnico-executiva, pouco integrada às propostas formativas da BNCC e às necessidades da escola pública. Diante disso, destaca-se a urgência de revisão curricular nos cursos de formação docente, com vistas a incorporar metodologias que permitam aos futuros professores desenvolverem práticas pedagógicas mais críticas, plurais e comprometidas com a formação cidadã. O estudo aponta, portanto, a importância de articular o ensino das lutas às dimensões culturais, sociais e históricas, superando a ênfase exclusiva na performance e contribuindo para uma Educação Física escolar mais inclusiva e significativa.

Palavras-chave: Lutas. Educação Física. Formação docente. Currículo. Educação Básica.

ABSTRACT

This study investigated how combat sports are addressed in the syllabi of Physical Education undergraduate programs offered by federal public universities in the state of Minas Gerais, Brazil. The main objective was to analyze whether these syllabi are aligned with the guidelines of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) and whether they effectively contribute to the initial training of teachers for the teaching of combat sports in basic education. The research followed a qualitative and exploratory approach, combining bibliographic review and documentary analysis. Teaching plans from five Higher Education Institutions (HEIs) were analyzed, selected based on the accessibility of syllabus information published on institutional websites. The content analysis technique proposed by Bardin (2016) was used to categorize the information extracted from the documents. The analysis identified seven thematic categories: fundamentals and history, technical aspects, didactics and methodology, human development, diverse modalities, ethics and values, and rules. The results revealed a predominance of technical-executive approaches focused on specific movements and techniques, emphasizing modalities such as judo, karate, taekwondo, and capoeira. Few references were found to pedagogical strategies aimed at critical reflection, value building, sociocultural analysis, or student protagonism — elements highlighted in the BNCC as essential for the pedagogical work with body practices. Although the presence of combat sports in teacher education programs is acknowledged, there remains a gap between curricular prescriptions and pedagogical practices that reflect the critical, cultural, and educational dimensions of combat sports. It is concluded that, despite some progress in including combat sports content in undergraduate Physical Education curricula, a traditional and technicist approach still prevails, misaligned with contemporary educational guidelines and the demands of public schools. Therefore, it is urgent to revise the curricula of teacher education programs to include methodologies that enable future teachers to develop critical, pluralistic pedagogical practices committed to citizenship education. The study reinforces the importance of linking the teaching of combat sports to cultural, social, and historical dimensions, overcoming a merely technical view and contributing to a more inclusive and meaningful school-based Physical Education.

Keywords: Combat sports. Physical Education. Teacher education. Curriculum. Basic education.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Cursos de licenciatura em Educação Física nas IES públicas do estado de Minas Gerais	14
QUADRO 2 – Cursos de licenciatura em Educação Física do estado de Minas Gerais selecionados para o estudo	14
QUADRO 3 – Categorias temáticas captadas na análise das ementas e conteúdo programático das disciplinas de lutas	15

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENEFED	Escola Nacional de Educação Física e Desportos
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. METODOLOGIA	13
3. TRAJETÓRIA DAS LUTAS NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	16
4. RETRATO DO ENSINO DAS LUTAS NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS IES PÚBLICAS FEDERAIS DE MINAS GERAIS	20
5. CONSIDERAÇÕES	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física, enquanto área acadêmica e profissional, tem suas raízes históricas nas práticas corporais desenvolvidas desde a Antiguidade, período em que a atividade física era valorizada, sobretudo, por seus propósitos militares e de promoção da saúde. A consolidação da Educação Física como disciplina escolar configura-se como um fenômeno moderno, profundamente influenciado pelo movimento higienista do século XIX (SILVA, 1999). Este movimento visava integrar práticas voltadas à saúde e ao exercício físico no ambiente escolar, com o intuito de formar cidadãos fisicamente aptos e socialmente produtivos. Nesse contexto, os primeiros docentes da área eram, em sua maioria, médicos ou militares, encarregados de promover a saúde física dos estudantes.

Com o avanço das ciências do esporte e da pedagogia, ao longo do século XX, a compreensão da Educação Física tornou-se mais abrangente, incorporando, além do desenvolvimento físico, dimensões cognitivas, emocionais e sociais. O estudo de Silva (1999) destaca que a partir desse momento ocorreu a ampliação do papel do professor de Educação Física em decorrência da necessidade da inclusão das questões pedagógicas, culturais e sociais na sua prática pedagógica para atender às novas demandas da educação contemporânea.

Tardif (2014) destaca que a prática docente é construída a partir de múltiplas fontes de saberes - entre elas, a formação acadêmica, as experiências pessoais e as condições concretas de trabalho -, as quais influenciam diretamente o perfil profissional e as metodologias empregadas pelos professores da área.

Para qualificar a formação inicial dos profissionais do magistério voltados à educação escolar básica, tanto em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas quanto privadas, um conjunto de normativas é elaborado e instituído por instâncias reguladoras como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES). O CNE é um órgão colegiado vinculado ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é assegurar a participação da sociedade na formulação, avaliação e consolidação de políticas educacionais que garantam uma educação nacional de qualidade. Cabe a essa instância deliberar sobre diretrizes curriculares e normas que orientam os diversos níveis e modalidades de ensino no Brasil (BRASIL, 1995).

Na estrutura do CNE, a CES tem papel específico no que diz respeito ao ensino superior, cuja responsabilidade consiste em propor, analisar e aprovar diretrizes para os cursos de graduação e pós-graduação, com especial atenção à formação dos professores da educação básica. A CES atua na elaboração de políticas que visam aprimorar a qualidade da formação

docente, estabelecendo parâmetros para a organização curricular e pedagógica dos cursos de licenciatura oferecidos pelas IES (BRASIL, 1995).

Dessa forma, tanto o CNE quanto a CES exercem funções essenciais na regulamentação e supervisão da formação inicial docente. Suas ações garantem que os cursos ofertados estejam alinhados às diretrizes nacionais e às demandas contemporâneas do sistema educacional brasileiro. Por meio da emissão de pareceres e resoluções, essas entidades estabelecem os fundamentos legais, pedagógicos e metodológicos que orientam os programas de formação de professores em todo o país, assegurando sua qualidade, coerência e compromisso com a educação pública de excelência.

A resolução nº 6 de dezembro de 2018, no seu artigo 1º, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) do curso de graduação em Educação Física a serem observadas na organização, desenvolvimento e avaliação dos cursos, estabelecendo as suas finalidades, os princípios, os fundamentos e a dinâmica formativa (BRASIL, 2018).

Em maio de 2024, a publicação da resolução CNE/CP nº 4, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura) definindo fundamentos, princípios, base comum nacional, perfil do egresso, estrutura e currículo a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das IES que as ofertam (BRASIL, 2024). A preocupação desta resolução é qualificar a formação de professores para o exercício das funções de magistério em todas as etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e modalidades Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância, Educação Escolar Quilombola e Educação Bilíngue de Surdos) nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas (BRASIL, 2024).

Na perspectiva de garantir o acesso a um conjunto de saberes sobre a cultura corporal aos estudantes da educação básica, a legislação brasileira também produziu documentos orientadores e normativos.

A inclusão das lutas como conteúdo específico das aulas de educação física foi formalmente reconhecida com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental, em 1997. Os PCNs consolidaram a ideia de que a educação física deve trabalhar com a cultura corporal de movimento, compreendida como o conjunto de

práticas corporais construídas historicamente e socialmente, entre as quais se incluem os jogos, as danças, os esportes, as ginásticas e as lutas (BRASIL, 1997).

De acordo com este documento, as lutas representam uma forma particular de expressão da cultura corporal, marcada por disputas corporais regulamentadas, nas quais os participantes utilizam técnicas de ataque e defesa com o objetivo de vencer o oponente por meio de controle, imobilização ou desequilíbrio. Os PCNs ressaltam que o ensino das lutas deve ir além da reprodução técnica, promovendo o entendimento de seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Essa abordagem propõe que os estudantes analisem criticamente os diferentes tipos de lutas, compreendendo seus significados sociais e os valores envolvidos, como respeito, autocontrole e disciplina. Com isso, a inserção das lutas no currículo da Educação Física contribui para o desenvolvimento integral do aluno, valorizando tanto a dimensão motora quanto a formação cidadã e cultural.

Atualmente, o principal documento normativo que orienta os conteúdos da Educação Física na educação básica é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), elaborada atendendo as proposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014–2024). A BNCC estabelece um conjunto articulado e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica, assegurando seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

No que se refere ao componente curricular da Educação Física, a BNCC organiza os conteúdos em unidades temáticas específicas, distribuídas conforme o nível de escolaridade. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º e 2º anos), os temas incluem brincadeiras e jogos da cultura popular, esportes de marca e precisão, ginástica geral e danças regionais. Do 3º ao 5º ano, são introduzidos jogos e brincadeiras populares do Brasil e do mundo, modalidades esportivas diversas, ginástica, danças de matrizes africanas e indígenas, além de lutas de diferentes contextos culturais. Nos anos finais (6º e 7º anos), os estudantes entram em contato com jogos eletrônicos, esportes variados, ginástica de condicionamento físico, danças urbanas, lutas nacionais e práticas corporais de aventura urbana. Por fim, nos 8º e 9º anos, os conteúdos incluem esportes de rede/parede, esportes de campo e taco, esportes de combate, ginástica de conscientização corporal, danças de salão, lutas internacionais e práticas corporais de aventura na natureza.

Esse cenário demonstra a relevância de fomentar o debate sobre o currículo e o seu papel no processo de formação inicial de professores nos cursos de licenciatura em Educação Física, considerando que o currículo é um elemento fundamental no campo educacional, constituindo-

se como uma construção histórica, social e política que orienta intencionalmente os processos formativos. Longe de ser uma simples lista de conteúdos a serem ensinados, o currículo reflete concepções de ser humano, sociedade e educação e, por isso, está imerso em disputas ideológicas e culturais.

De acordo com Nunes e Rúbio (2008), o currículo exerce papel determinante na constituição da identidade dos sujeitos escolares, ao selecionar, organizar e transmitir determinados saberes em detrimento de outros, revelando sua natureza seletiva e excludente. No âmbito da Educação Física, esse processo é ainda mais evidente, visto que, historicamente, o currículo da área esteve atrelado a discursos voltados à disciplina corporal, à aptidão física e à formação de corpos produtivos, especialmente durante os períodos marcados por influências higienistas e militaristas. Contudo, a partir da década de 1980, impulsionado por movimentos críticos e por transformações nas políticas educacionais, observa-se uma reconfiguração nas concepções curriculares da Educação Física, com a valorização da cultura corporal de movimento e da formação crítica e reflexiva.

Nesse sentido, os documentos legais contemporâneos, como as DCN's e a BNCC, assumem protagonismo na proposição de um currículo comprometido com a formação integral, cidadã e inclusiva dos estudantes. Como destacam Soares, Abreu e Monte (2020), tais normativas indicam a necessidade de um currículo que contemple a diversidade cultural, respeite as especificidades regionais e promova o desenvolvimento de competências e habilidades significativas para a vida em sociedade. Assim, refletir sobre o currículo é fundamental para que os cursos de licenciatura possam formar professores conscientes de seu papel político, capazes de dialogar com as múltiplas dimensões da cultura corporal e de atuar de forma ética, crítica e comprometida com a realidade educacional brasileira.

Esse panorama evidencia a evolução da educação física escolar ao longo do tempo, ampliando seus objetivos e incorporando uma maior diversidade de conteúdo. Com isso, os docentes da área enfrentam novos desafios, exigindo deles uma formação mais ampla e diversificada, que contemple tanto os conhecimentos técnicos quanto os saberes pedagógicos e socioculturais necessários à sua prática. Essa complexidade formativa reforça a importância de investigar como os professores vêm sendo preparados, nos cursos de licenciatura em Educação Física, para ministrar aulas de lutas no contexto da educação física escolar.

Durante a graduação em Educação Física, a disciplina de Lutas despertou reflexões significativas sobre os desafios enfrentados na formação inicial de professores para o ensino desse componente, evidenciando limitações recorrentes nas instituições de ensino superior. Observei que, com frequência, os conteúdos abordados nas disciplinas refletem prioritariamente

os conhecimentos e experiências práticas dos docentes responsáveis, o que pode restringir a diversidade de saberes apresentados aos licenciandos e comprometer a amplitude da formação.

No caso específico das aulas de Lutas, essa limitação resultou em uma abordagem superficial, centrada em modalidades específicas, sem o devido aprofundamento pedagógico em articulação com os documentos normativos da educação básica, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa percepção de uma formação fragmentada e insuficiente foi reforçada pela experiência prática vivenciada durante o estágio supervisionado na Fundação Antônio Francisco Lisboa – O Aleijadinho, onde atuei como estagiária na modalidade de judô. As vivências nesse contexto revelaram a importância de compreender, para além dos aspectos técnicos da modalidade, as estratégias pedagógicas adequadas para inseri-la de forma significativa, segura e contextualizada no ambiente escolar. Essas experiências conjuntas evidenciaram lacunas na formação docente e motivaram a realização deste estudo, que busca investigar de que maneira as lutas estão presentes nos currículos dos cursos de licenciatura em Educação Física das universidades públicas do estado de Minas Gerais, a fim de compreender se a formação oferecida tem preparado adequadamente os futuros professores para o ensino das lutas na escola.

A partir dessa experiência, emergiram reflexões e questionamentos acerca da formação docente: quais modalidades de lutas são ensinadas nesses cursos? O que os planos de ensino das disciplinas de Lutas nos cursos de licenciatura em Educação Física do estado de Minas Gerais abordam sobre o ensino desse conteúdo? Considerando as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o componente curricular da Educação Física, quais saberes as disciplinas de Lutas poderiam contemplar em seus planos de ensino, a fim de qualificar os futuros professores para atuarem de maneira coerente com as propostas da base?

Essas inquietações constituíram o ponto de partida desta investigação cujo objetivo geral é analisar a abordagem das lutas nos planos de ensino dos cursos de licenciatura em Educação Física das Universidades Federais do estado de Minas Gerais, investigando sua relação com os documentos normativos e a preparação dos estudantes para o ensino desse conteúdo na educação básica. Os objetivos específicos consistem em mapear as modalidades de lutas previstas nos currículos dos cursos e identificar nos planos de ensino os saberes sobre lutas; descrever elementos do plano de ensino lutas alinhadas às habilidades previstas na BNCC na unidade temática de lutas.

2. METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de compreender, a partir de uma perspectiva crítica, a proposta do ensino da disciplina de lutas na formação dos professores de Educação Física nos cursos de licenciatura em Educação Física das IES públicas no estado de Minas Gerais.

O estudo utilizou a pesquisa bibliográfica, combinando o levantamento da produção bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico teve como propósito identificar e analisar publicações relevantes sobre formação docente, ensino das lutas, currículo e saberes profissionais. Nesse processo utilizamos a combinação das palavras chaves lutas, matriz curricular, plano de ensino, disciplina, licenciatura em Educação Física, educação física escolar e formação docente para mapear a produção acadêmica sobre o tema. A busca ocorreu na rede mundial de computadores consultando o banco de dados do sistema de bibliotecas da UFOP, CAPES, sites de revistas acadêmicas que publicam na área da educação física e google acadêmico.

Além de caracterizar-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, este estudo também assume a natureza de uma pesquisa documental, uma vez que se debruça sobre fontes primárias institucionais — como os Planos de Ensino das disciplinas de Lutas, as ementas e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das universidades analisadas. De acordo com Lüdke e André (1986), a pesquisa documental consiste na análise sistemática de materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, mas que são produzidos no contexto das práticas institucionais e, por isso, expressam significados, normas e intencionalidades relevantes à investigação. Tais documentos, por serem elaborados pelas próprias instituições de ensino, representam registros oficiais das propostas curriculares e pedagógicas dos cursos de licenciatura em Educação Física, permitindo compreender como o conteúdo “lutas” está estruturado na formação inicial docente.

O levantamento documental teve como foco mapear os planos de ensino dos cursos de licenciatura em Educação Física das instituições públicas do estado de Minas Gerais, os documentos oficiais que orientam a prática pedagógica, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). Além desses documentos foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Educação Física – Resolução CNE/CES nº 7/2004 e a mais recente Resolução CNE/CES nº 6/2018

O processo de seleção das IES ocorreu inicialmente mapeando os cursos de licenciatura em Educação Física oferecidos nas IES públicas do estado de Minas Gerais, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1: Cursos de licenciatura em Educação Física nas IES públicas do estado de Minas Gerais

IES	Cidade	Região do estado
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Ouro Preto	Região Central
Universidade Federal de Viçosa (UVF)	Viçosa	Zona da Mata
Universidade Federal de Viçosa (UVF)	Florestal	Centro Oeste
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Belo Horizonte	Região Metropolitana
Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	São João Del Rei	Campos das Vertentes
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Divinópolis	Centro Oeste
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Ibirité	Região Metropolitana
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Ituiutaba	Triângulo Mineiro
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Passos	Sul/Sudoeste
Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Diamantina	Jequitinhonha e Mucuri

Fonte: Elaborado pela autora consultando dados nos sites institucionais das universidades públicas investigadas.

Para a seleção dos cursos participantes do estudo utilizamos como critério a acessibilidade às informações, no site institucional das IES, sobre a ementa e o conteúdo programático, disponíveis em documentos como o plano de ensino de disciplinas relacionadas ao tema lutas ou no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Considerando esse critério, dos dez cursos mapeados, conforme destacado no quadro 1, cinco foram selecionados (quadro abaixo).

Quadro 2: Cursos de licenciatura em Educação Física do estado de Minas Gerais selecionados para o estudo

IES	Ano	Nome da disciplina
UFOP	2019	Lutas
UFV	2022	Lutas
UFV FLORESTAL	2023	Metodologia de Ensino de Lutas
UFMG	2020	Lutas
UFSJ	2022	Metodologia do Ensino dos Esportes de Lutas

Fonte: Elaborado pela autora considerando os critérios de acessibilidade às informações das IES.

Para a análise dos dados da ementa e do conteúdo programático utilizamos a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica possibilita uma abordagem sistemática, objetiva e aprofundada das mensagens presentes nos documentos analisados. Conforme enfatiza Souza Júnior (2010), a análise de conteúdo é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas na área da Educação Física por favorecer a interpretação crítica de conteúdos pedagógicos, curriculares e formativos.

Bardin (2016) destaca que o processo analítico ocorre em três fases. A primeira é a pré-análise que consiste da leitura fluente dos planos de ensino e materiais bibliográficos, com organização dos dados e formulação de hipóteses iniciais para identificar sentidos recorrentes e elementos significativos. A segunda fase, exploração do material, é o momento da codificação e categorização dos dados, com identificação de unidades de registro e unidades de contexto relacionadas à organização da disciplina, conteúdos abordados, objetivos pedagógicos, metodologias e articulação com a BNCC. Na última fase, do tratamento dos resultados e interpretação, ocorreu a análise e discussão dos dados categorizados, com base nos referenciais teóricos que sustentam a pesquisa.

Considerando essas três análises captadas nos dados documentais, alinhadas à lógica indutiva da análise de conteúdo, definimos um conjunto de unidades de registro considerando a recorrência das palavras/expressões nos planos de ensino e ementas, conforme descrito no quadro abaixo.

Quadro 3: Categorias temáticas captadas na análise das ementas e conteúdo programático das disciplinas lutas dos cursos de licenciatura em Educação Física.

Categoria temática	Unidade de registro (palavras/expressões recorrentes)
Fundamentos e história	Histórias das lutas, esportivização, evolução
Aspectos técnicos	Golpes básicos, técnicas de projeção, defesa pessoal, posturas, deslocamentos
Didática e metodologia	Ensino das lutas, planejamento, progressão, processos pedagógicos, didática, plano de ensino
Desenvolvimento humano	Capacidades físicas, formação integral, coordenação motora, aspectos motores, socialização
Modalidades diversificadas	Judô, Karatê, Taekwondo, Capoeira, Boxe, Jiu-Jitsu, Kung-Fu
Ética e valores	Respeito, disciplina, etiqueta, valores, convivência, atitudes
Regras	Regras, arbitragem, pontuação, avaliação, gestos técnicos

Fonte: Elaborado pela autora considerando os dados encontrados no levantamento documental.

Considerando essas categorias, apresentamos na seção 4 o retrato da proposta do ensino das lutas no currículo dos cursos de Educação Física nas IES públicas federais do estado de Minas Gerais.

Essa abordagem possibilitou a leitura crítica das propostas formativas em lutas nas IES, evidenciando aproximações e distanciamentos entre a teoria e a prática pedagógica, bem como entre os documentos oficiais e os planos curriculares reais apresentados pelas instituições.

Na próxima seção descrevemos a trajetória do ensino das lutas nos cursos de licenciatura em Educação Física com o propósito de ancorar a discussão do conteúdo mapeado nas ementas e conteúdo programático da disciplina lutas.

3. TRAJETÓRIA DAS LUTAS NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A inserção das lutas no currículo dos cursos de formação de professores de Educação Física remonta ao início da organização oficial dessa área no Brasil, em 1939, com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFED), na Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto-Lei 1212/39. O primeiro registro de uma disciplina voltada para o ensino das lutas aparece no currículo da ENEFED, em 1941, sob o título “Desportos de Ataque e Defesa”. Essa cátedra incluía modalidades como Boxe, Jiu-Jitsu, Luta Olímpica e Esgrima, com foco no domínio técnico das práticas e em aspectos competitivos e de defesa pessoal (NETO, 2012). A proposta curricular visava à execução correta das técnicas, à capacitação para o ensino dessas modalidades e à atuação como árbitros em competições, sem, no entanto, estabelecer relações com o contexto escolar da educação básica, o que reflete uma perspectiva tecnicista predominante à época.

Ao longo do tempo, a compreensão das lutas enquanto conteúdo da educação física escolar foi ressignificada. Estudos mais recentes apontam para uma abordagem que considera as lutas como manifestações culturais, históricas e sociais, sendo reconhecidas como parte da cultura corporal do movimento humano. O estudo de Espartero (1999) e Andrade Neto (2009) destaca que as lutas ultrapassam o caráter puramente técnico e competitivo, sendo também expressões de tradições, filosofias e valores de diferentes povos, características que legitimam sua presença no contexto educacional.

No âmbito escolar, os PCN's da Educação Física (BRASIL, 1997) consolidam as lutas como conteúdo a ser trabalhado, enfatizando seu potencial pedagógico ao propor vivências que vão além da técnica, contemplando aspectos históricos, sociais, culturais e éticos. O documento orienta para a inclusão de práticas como judô, capoeira e caratê, sem restringir a escolha de modalidades, e propõe atividades que considerem a diversidade, a construção de habilidades motoras, a compreensão crítica da violência e a valorização da luta como forma de defesa pessoal e expressão cultural.

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p. 7). A proposta da base é garantir uma formação integral aos estudantes, orientada por princípios éticos, políticos e estéticos, que

contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

A unidade temática de lutas, prevista na BNCC, é conceituada como disputas corporais nas quais os participantes utilizam técnicas, táticas e estratégias específicas com o objetivo de imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço. Essas ações envolvem uma combinação de movimentos de ataque e defesa voltados ao corpo do adversário. A proposta da BNCC valoriza tanto as lutas tradicionalmente presentes no contexto comunitário e regional quanto aquelas reconhecidas nacional e internacionalmente. Assim, contempla práticas corporais como a capoeira, o huka-huka e a luta marajoara, representando as manifestações brasileiras, ao mesmo tempo que integra modalidades oriundas de diferentes partes do mundo, como judô, jiu-jítsu, muay thai, boxe, aikido, chinês boxing, esgrima e kendo (BRASIL, 2018). Tal abordagem reforça a importância da diversidade cultural e corporal no processo educativo, ampliando o repertório dos estudantes e promovendo o respeito às distintas expressões de combate presentes nas culturas locais e globais.

Na BNCC, as lutas e as modalidades esportivas de combate são organizadas de acordo com as etapas do ensino fundamental, que é dividido em anos iniciais e anos finais. Os anos iniciais são segmentados em dois blocos (1º e 2º anos; 3º ao 5º ano), com referência aos objetos de estudo e unidades temáticas. No período do 3º ao 5º ano, apenas as lutas estão previstas como conteúdo, abordando tanto o contexto comunitário e regional quanto as lutas de matriz indígena e africana.

Nesse período os estudantes são estimulados a experimentar, fruir e recriar essas lutas, planejando e utilizando estratégias básicas de ataque e defesa com segurança e respeito ao adversário. Além disso, espera-se que compreendam as diferenças entre lutas e outras formas de enfrentamento, valorizando sua dimensão cultural e educativa.

Já nos anos finais a divisão ocorre em dois blocos sendo o 6º e 7º anos abordando as lutas do Brasil, enquanto no 8º e 9º anos são introduzidos os esportes de combate e as lutas de diferentes partes do mundo com o propósito de ampliar o repertório cultural dos estudantes (BRASIL, 2018). Nessa etapa do ensino fundamental a base estabelece o desenvolvimento das habilidades relacionadas ao conhecimento das regras das modalidades, ao planejamento estratégico e ao respeito à diversidade cultural das lutas, promovendo uma compreensão mais ampla do seu papel no contexto esportivo e social.

A proposta da BNCC ao incorporar as lutas como unidade temática na Educação Física escolar amplia a compreensão dessas práticas para além do desempenho técnico,

valorizando seus aspectos culturais, históricos, éticos e sociais. Essa diretriz demanda que a formação inicial de professores esteja em sintonia com essa concepção ampliada. No entanto, nem sempre os currículos dos cursos de licenciatura em Educação Física refletem com profundidade essa abordagem. O estudo de Santina (2024) reconhece avanços significativos promovidos pela BNCC, como o incentivo à inclusão das lutas nas aulas escolares e o estímulo a práticas pedagógicas mais reflexivas. Por outro lado, o autor também destaca limitações na implementação prática desses objetivos, sobretudo quando os cursos de graduação ainda mantêm uma ênfase tecnicista, priorizando a aprendizagem de golpes e técnicas em detrimento de discussões socioculturais. Assim, notamos uma tensão entre o que os documentos oficiais propõem e o que efetivamente é trabalhado nas disciplinas de lutas no ensino superior, indicando a necessidade de uma revisão curricular que incorpore dimensões pedagógicas e críticas no ensino das lutas.

Essa lacuna entre o prescrito e o praticado reforça a importância da formação inicial na qualificação da atuação docente frente ao ensino das lutas na educação básica. É durante a graduação que o futuro professor precisa desenvolver não apenas habilidades técnicas, mas, principalmente, competências pedagógicas e críticas que lhe permitam planejar aulas significativas, respeitando a diversidade cultural das manifestações corporais e compreendendo as lutas como elementos formadores da cidadania. O alinhamento entre a formação superior e as exigências da BNCC é fundamental para que o professor atue de forma segura e consciente, capaz de desconstruir estigmas associados às lutas, como a violência, e de promover práticas educativas que envolvam o respeito, o cuidado com o outro, a disciplina e o conhecimento histórico-cultural. Dessa forma, investir na formação inicial significa garantir que os objetivos da BNCC não fiquem restritos ao papel, mas sejam efetivamente vivenciados nas escolas, contribuindo para uma Educação Física crítica, plural e comprometida com a transformação social.

O estudo de Almeida e Rodrigues (2023) contribuiu significativamente para esse debate ao investigar o conhecimento e as crenças de professores do ensino médio da rede pública do Distrito Federal sobre o ensino de lutas, artes marciais e esportes de combate. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, evidenciou lacunas na formação inicial desses docentes, especialmente no que diz respeito à compreensão conceitual das diferentes manifestações (lutas, artes marciais e esportes de combate), ao conhecimento das modalidades presentes nos Jogos Olímpicos e às formas de classificação utilizadas na literatura acadêmica.

Os resultados apontam que, embora muitos professores reconheçam diferenças entre os conceitos de lutas, artes marciais e esportes de combate, grande parte deles não consegue defini-los adequadamente. Além disso, destaca que o conhecimento sobre as modalidades olímpicas de esportes de combate é limitado, com predomínio de referências ao judô e ao boxe e desconhecimento de práticas como a esgrima. A classificação das lutas, por sua vez, é mais frequentemente associada às modalidades tradicionais, sendo pouco conhecida a categorização baseada em critérios como indumentária, espacialidade ou princípios operacionais.

O mesmo estudo também revela a influência das crenças docentes sobre a viabilidade do ensino das lutas na escola. Parte dos professores acredita ser possível abordar o conteúdo mesmo sem experiência prévia, desde que haja apoio teórico, recursos pedagógicos ou parcerias com profissionais especializados. Outros, porém, apontam a ausência de vivência prática e falhas na formação inicial como barreiras significativas para o trabalho com esse conteúdo. Essas crenças impactam diretamente a presença (ou ausência) das lutas nas aulas de educação física, evidenciando a necessidade de uma formação docente mais sólida e crítica sobre esse tema.

Os apontamentos do estudo de Almeida e Rodrigues (2023) confirmam que ainda são escassas as pesquisas que abordam diretamente a presença e o tratamento das lutas nos currículos dos cursos de licenciatura em Educação Física. Contudo, a investigação realizada oferece subsídios importantes para compreender como o conteúdo tem sido (ou não) incorporado à prática docente e reforça a urgência de aprofundar esse debate nas instâncias formativas, especialmente diante das exigências curriculares atuais indicadas pela BNCC, que contempla as lutas como unidade temática obrigatória a partir dos anos iniciais do ensino fundamental.

4. RETRATO DO ENSINO DAS LUTAS NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS IES PÚBLICAS FEDERAIS DE MINAS GERAIS

Com base na análise documental dos planos de ensino das disciplinas de lutas ofertadas por instituições públicas federais de Minas Gerais - UFOP, UFMG, UFV, UFV FLORESTAL e UFSJ - foi possível identificar padrões recorrentes na forma como esse conteúdo é estruturado na formação inicial dos licenciandos em Educação Física. A análise, sustentada pela lógica indutiva da análise de conteúdo (Bardin, 1977), resultou na organização de sete categorias temáticas: “Fundamentos” e história; “Aspectos técnicos”; “Didática e metodologia”; “Desenvolvimento humano”; “Modalidades diversificadas”; “Ética e valores”; “Regras”.

Ao examinar essas categorias, observamos que a maioria dos planos de ensino dedica considerável atenção à categoria aspectos técnicos, evidenciada pela ênfase na execução de golpes, posturas e técnicas específicas. Além disso, a categoria “modalidades diversificadas” aparece como recorrente, com menções frequentes a práticas como judô, karatê, taekwondo, capoeira, jiu-jitsu, boxe e kung-fu nas cinco IES analisadas. Essa organização aponta para um ensino centrado nas lutas esportivas mais consolidadas e reconhecidas institucionalmente, muitas vezes desconsiderando outras formas de luta de base comunitária ou tradicional, como as lutas afro-brasileiras e indígenas.

A predominância dessa abordagem técnico-executiva nos planos de ensino está em consonância com o que Darido (1999) denomina de currículo tradicional da Educação Física, caracterizado pela centralidade da técnica, da execução correta do gesto motor e pela valorização de modalidades sistematizadas. Essa abordagem é criticada por autores como Neira (2022) e Rocha et al. (2015), que argumentam que esse modelo prioriza o desenvolvimento motor em detrimento da formação crítica, social e cultural dos estudantes. Segundo esses autores, a permanência de currículos centrados em habilidades e competências técnicas reflete uma visão limitada do papel da Educação Física e das práticas corporais na escola.

Ao priorizar o ensino das técnicas e o domínio motor, os cursos analisados parecem estar mais alinhados ao que Neira (2022) caracteriza como uma abordagem desenvolvimentista, que valoriza a aquisição de habilidades físicas de forma sequenciada e funcional, mas que, por vezes, ignora o contexto sociocultural em que essas práticas estão inseridas. Esse alinhamento curricular acaba formando professores mais preparados para reproduzir técnicas do que para promover experiências pedagógicas significativas que

dialoguem com a realidade dos alunos e com os valores sociais, históricos e culturais das lutas.

Essa orientação contrasta com a concepção do objeto de estudo da educação física e as dimensões de conhecimento indicadas pela BNCC, que tem como pretensão uma mudança de paradigma na prática docente que ainda está alinhada ao modelo técnico-reprodutivo centrado na execução de habilidades motoras.

A base reconhece como objeto de conhecimento da educação física escolar, um conjunto de práticas corporais em suas variadas formas, expressões dos sujeitos e produto dos diversos grupos sociais no decorrer da história. Anuncia que essas práticas corporais estão categorizadas em seis unidades temáticas (brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura) reconhecidas como manifestações culturais que não se limitam a representar um simples deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo. A BNCC também destaca que o trabalho pedagógico dos professores com qualquer unidade temática, incluindo as lutas, ocorra a partir de situações didáticas plurais, classificadas como dimensões do conhecimento: 1) Experimentação; 2) Uso e apropriação; 3) Fruição; 4) Reflexão sobre a ação; 5) Construção de valores; 6) Análise; 7) Compreensão; e 8) Protagonismo comunitário (BRASIL, 2018). A intenção da BNCC com a proposição dessas dimensões é superar o ensino restrito dos aspectos técnicos dos conteúdos das aulas de educação física escolar na direção de estabelecer situações didáticas para a prática pedagógica do professor que permitam a incorporação de vivências críticas, éticas, reflexivas e culturais (BRASIL, 2018).

Segundo o estudo de Furtado e Almeida (2020) a proposta da BNCC para a educação física visa superar o ensino fragmentado dos seus conteúdos no sentido de possibilitar aos estudantes um aprendizado alinhado também aos aspectos socioculturais das práticas corporais. Desta forma corroboramos com o apontamento do estudo que anuncia a incorporação na BNCC da “ideia defendida pelo Movimento Renovador de que o objeto de intervenção da Educação Física na escola é oriundo da cultura” (FURTADO; ALMEIDA, 2020, p. 684).

Vislumbramos que a proposta da BNCC representa um deslocamento em direção a uma perspectiva crítica e cultural da educação física escolar, na qual o professor atua como mediador de experiências significativas em que as unidades temáticas da educação física, incluindo as lutas, devem ser abordadas e discutidas não se restringindo ao ensino dos seus gestos técnicos, mas considerando seus aspectos sociais, históricos e identitários.

O estudo de Rufino e Darido (2015) e Mocarzel et al. (2023) são enfáticos ao apontar que o ensino das lutas deve superar a mera reprodução técnica e assumir uma perspectiva mais ampla, crítica e contextualizada. Para esses autores, as lutas são práticas corporais carregadas de significados simbólicos, históricos e identitários, e seu ensino deve promover não só o domínio motor, mas também o respeito à diversidade, o combate a estereótipos e o reconhecimento das lutas como expressões culturais.

Na análise dos planos de ensino das disciplinas lutas das IES não observamos elementos alinhados com uma proposta de formação crítica e reflexiva dos estudantes. Analisando a categoria “didática e metodologia” identificamos a ausência de menções claras a essas dimensões o que denota uma lacuna formativa significativa. Os planos analisados citam planejamento e estratégias, mas não indicam, de forma consistente, como o ensino será realizado, nem as situações didáticas que possibilitam aos estudantes momentos de reflexão, valorização das culturas de origem das lutas ou construção de valores. O ensino, portanto, permanece preso a uma lógica de execução e reprodução, ainda distante do que propõe a BNCC em termos de protagonismo e autonomia dos sujeitos.

Assim, é possível apontar que os cursos de Educação Física das IES federais de Minas Gerais ainda enfrentam desafios importantes na superação de uma abordagem predominantemente técnica das lutas. A ausência de conteúdos voltados à reflexão crítica, ao debate sobre preconceitos e estereótipos, e à valorização de práticas culturais locais e tradicionais, reforça a necessidade de repensar o currículo das licenciaturas, à luz das diretrizes da BNCC e das contribuições teóricas que dialogam com propostas curriculares críticas e pós-críticas da educação.

Como afirma Neira (2022, p. 49), “as novas formas de análise do social induzem os professores e professoras culturalmente orientados a organizar e desenvolver situações didáticas que problematizam as significações e desconstroem os discursos pejorativos acerca das práticas corporais e seus participantes”, evidenciando a importância de um currículo que afirme o direito à diferença e contribua para a formação de sujeitos solidários.

Essa transformação curricular não se limita a uma adequação burocrática, mas representa um compromisso político-pedagógico com uma Educação Física escolar plural, democrática e culturalmente significativa, em que o conteúdo “lutas” ocupa o lugar de prática formativa integral e não apenas de habilidade corporal a ser executada.

6. CONSIDERAÇÕES

Como destacado na introdução o objetivo do estudo consistiu em analisar a abordagem das lutas nos planos de ensino dos cursos de licenciatura em Educação Física das universidades públicas federais do estado de Minas Gerais, buscando compreender se esses documentos dialogam com as proposições da BNCC e contribuem para a formação inicial dos futuros professores da área. Para isso, foram mapeadas as modalidades de lutas presentes nos currículos e analisados os saberes contemplados nos planos de ensino.

A investigação permitiu constatar que, embora haja inserção de diversas modalidades e conteúdos técnicos, a articulação com os documentos normativos ainda é limitada, assim como a presença de elementos que favoreçam uma formação crítica e contextualizada sobre o ensino das lutas no ambiente escolar.

Nesse sentido, a análise evidenciou a importância de os planos de ensino estarem em consonância com as diretrizes legais e pedagógicas, como a BNCC, que propõe uma abordagem plural e formativa da educação física escolar. É fundamental que os projetos formativos das IES promovam a reflexão sobre as lutas enquanto práticas culturais, e não apenas técnicas, reconhecendo seu potencial educativo, social e ético. Essa conexão entre os planos de ensino, os documentos oficiais e propostas pedagógicas atualizadas é essencial para qualificar a formação inicial, assegurando que os futuros professores desenvolvam competências para planejar aulas que respeitem a diversidade cultural, promovam valores de respeito e cooperação e possibilitem o protagonismo dos estudantes.

A partir deste estudo, compreendo a necessidade de se repensar os currículos dos cursos de licenciatura em Educação Física da direção de garantir uma formação mais ampla sobre os conteúdos para o ensino das lutas superando a mera reprodução de técnicas corporais e propondo conteúdos e situações didáticas que favoreçam a formação crítica dos alunos.

A preparação do futuro professor para abordar as lutas na escola significa também capacitá-lo para valorizar as manifestações culturais locais, combater estigmas e preconceitos associados às práticas das lutas e desenvolver propostas pedagógicas integradas aos direitos de aprendizagem da educação básica.

Em suma entendo que a formação inicial precisa estar comprometida com um currículo que reconheça e aborda a temática das lutas numa perspectiva crítica no sentido de subsidiar uma prática pedagógica do ensino das lutas no âmbito escolar como conteúdo educativo potente no processo de formação cidadã dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maycon Ornelas; RODRIGUES, Heitor de Andrade. Lutas, artes marciais e esportes de combate na Educação Física escolar: conhecimento e crenças de professores do Ensino Médio. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 36, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.129722> Acesso em: 08 maio 2025.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Física**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.alex.pro.br/BNCC%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica.pdf> Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.212, de 3 de abril de 1939**. Cria a Universidade do Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 4 abr. 1939. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de11212.htm Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Dispõe sobre a qualificação da formação inicial dos profissionais do magistério para a Educação Escolar Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 nov. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm Acesso em: 25 de maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 2, de 13 de maio de 2016**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CES-CNE-002-2016-05-13.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **CNE - Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 16 de maio de 2024**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-cp-2024> . Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRASIL. **Resolução nº 06, de 18 de dezembro de 2018**. Revoga a Resolução 07/2004 e dá nova organização a Graduação em Educação Física. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 . Acesso em abril. 2025

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola: Realidade, Aspectos Legais e Possibilidades**. Rio Claro: LETPEF - Laboratório de Estudos e Trabalhos Pedagógicos em

Educação Física, Departamento de Educação Física - UNESP. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/41547> Acesso em: 25 de junho de 2025.

FURTADO, R. S.; COSTA, G. H. O. Perspectiva docente sobre as “repercussões” da Base Nacional Comum Curricular na formação de professores de Educação Física. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 681–701, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3144> . Acesso em: 25 jun. 2025.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MOCARZEL, Rafael Carvalho da Silva; CARDIAS-GOMES, Fabio José; COSTA, Paulo Ricardo Gayer Pereira da. Reflexões e discussões sobre as lutas segundo a Base Nacional Comum Curricular. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 1-30, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/131328> Acesso em: 25 de maio de 2025.

NEIRA, Marcos Garcia. Abordagens ou Currículos da Educação Física?. **Connection Line Revista Eletrônica do Univag**, [S. l.], n. 28, 2022. DOI: 10.18312/connectionline.v0i28.2063. Disponível em: <https://www.periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/2063>. Acesso em: 8 jul. 2024.

NETO, João Batista de Andrade. A disciplina “luta” no currículo do curso de Educação Física da Universidade do Estado de Mato Grosso. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, Mato Grosso, v. 2, n. 2, p. 120-133, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/7888>. Acesso em: 08 maio 2025.

NUNES, M. L. F; RUBIO, K. O(s) currículo(s) da educação física e a constituição da identidade de seus sujeitos. **Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.2, pp.55-77, Jul/Dez 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Katia-Rubio/publication/237636225> Acesso em: 30 de junho de 2025.

ROCHA, Mayara Alves Brito da; TENÓRIO, Kadja Michele Ramos; SOUSA JÚNIOR, Marcílio de; NEIRA, Marcos Garcia. As teorias curriculares nas produções acerca da educação física escolar: uma revisão sistemática. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 178–194, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283765007> . Acesso em: 3 jul. 2025.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto. A tematização das lutas nas aulas de Educação Física: uma análise a partir dos avanços e retrocessos da BNCC. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-20, e-20515.053, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20515> Acesso em: 25 de maio de 2025.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. O ensino das lutas nas aulas de educação física: análise da prática pedagógica à luz de especialistas. **Revista de Educação Física**, v. 26, n. 4, p. 601-616, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v26i4.26441> . Acesso em: 25 de maio 2025.

SANTINA, Lucas Della. A Base Nacional Comum Curricular como aliada para o ensino das lutas no ambiente escolar. **Revista de Estudos em Saberes Sistêmicos, Rio Grande**, v. 3, n. 6, p. 25-34, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/14939> . Acesso em: 3 jul. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/ncyf87GTpj8GGdwtV6KvR8h/> . Acesso em: 8 março de 2025.

SOARES, Marta Genú; ABREU, Meriane Conceição Paiva; MONTE, Emerson Duarte. Formação de professores e as normativas curriculares em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 42, e2042, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/hRPfVDZp8KfwGfP4rtC5hMx/> Acesso em: 30 abr. 2025.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça de; MELO, Marcelo Soares Tavares de; SANTIAGO, Maria Eliete. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 31-49, jul./set. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/11546> Acesso em: 15 maio de 2025.